

14.817.957/0001-30	CENTRAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NOSSA SENHORA DA ROSA MÍSTICA, 51 SALA 01 - CALDAS DA IMPERATRIZ	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ - SC	EDGAR DEITOS FILHO	(48) 3245-2109/1356/2576
--------------------	--	--	--------------------------------	--------------------	--------------------------

**Márcia Carvalho Guedes**  
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL  
**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**  
Diretora Executiva /SUPEL  
**Márcia Rocha de Oliveira Francelino**  
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Elaborado por:  
**CECÍLIA MESSIAS VIEIRA**

Protocolo 0060571398

ATA			
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025/SUPEL-RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90351/2024		
Data da Homologação:	07/05/2025	Processo nº	0036.001655/2024-73
Órgãos Participantes:	Secretaria de Estado da Saúde - SESAU		
Órgão Gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

**CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

**CLÁUSULA II - DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de Medicamentos SÓLIDOS IV, com o objetivo de atender as necessidades e demandas das Unidades de Saúde Hospitalares e Ambulatoriais, gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

**CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

**CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e

considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

#### **CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

#### **CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES**

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços

registrados.

A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

**CLÁUSULA IX - DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0004	OXCARBAZEPINA 300 MG COMPRIMIDO	97.500,00	UND	MEDLEY	R\$ 0,99	R\$ 0,99	0,00	ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
0019	PREDNISONA 20mg COMPRIMIDO	52.500,00	UND	HIPOLABOR	R\$ 0,24	R\$ 0,20	-16,67	P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0031	(CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G) PÓ PARA SOLUÇÃO, ENVELOPE DE 27,9G	87.200,00	UND	IDEATON	R\$ 2,09	R\$ 0,76	-63,64	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
0033	SECNIDAZOL 1.000mg COMPRIMIDO	19.000,00	UND	LABORATORIO GLOBO SA	R\$ 1,58	R\$ 1,29	-18,35	P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0035	SERTRALINA, CLORIDRATO 50mg COMPRIMIDO REVESTIDO	381.000,00	UND	PRATI	R\$ 0,56	R\$ 0,11	-80,36	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

0040	SINVASTATINA 10mg COMPRIMIDO	15.600,00	UND	PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A	R\$ 0,12	R\$ 0,08	-33,33	P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0052	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 mg COMPRIMIDO OU DRÁGEA	36.400,00	UND	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,75	R\$ 1,65	-5,71	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0056	VALGANCICLOVIR 450MG COMPRIMIDO	6.400,00	UND	DRREDDYS	R\$ 125,53	R\$ 125,53	0,00	MODENA PRODUTOS E SOLUCOES PARA SAUDE LTDA
0057	VALPROATO DE SÓDIO E/OU VALPRÓICO ÁCIDO 250mg COMPRIMIDO	118.200,00	UND	BIOLAB	R\$ 0,42	R\$ 0,42	0,00	ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
0058	VALPROATO DE SÓDIO E/OU VALPRÓICO ÁCIDO 500mg COMPRIMIDO	109.400,00	UND	ABBOTT	R\$ 0,97	R\$ 0,59	-39,18	UNI HOSPITALAR LTDA
0059	VARFARINA SÓDICA 5mg COMPRIMIDO	9.600,00	UND	TEUTO	R\$ 0,48	R\$ 0,47	-2,08	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0060	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75 mg COMPRIMIDO	85.200,00	UND	TEUTO	R\$ 0,77	R\$ 0,63	-18,18	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
0061	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 150 mg COMPRIMIDO	108.100,00	UND	TEUTO	R\$ 1,14	R\$ 0,99	-13,16	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	Telefone
41.347.974/0001-23	ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RUA ESPIRITO SANTO , 1440 - LINHO	ERECHIM - RS	IVANOR ZAIONS	(54) 3712- 5441
52.808.009/0001-27	P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	AV. MARIPÁ, 7210 - VILA BECKER	TOLEDO - PR	JEAN CARLOS PETRY	(45) 2032- 6959

94.389.400/0001-84	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ROD. BR RSC 287, KM 109+500, S/Nº - DISTRITO INDUSTRIAL	VERA CRUZ - RS	AUGUSTO HENRIQUE WEIS	(51) 3740-1450 / 0800 541 2828
34.772.843/0001-28	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	RUA CUIABÁ , 5018 - SALA 02 - ALTO ALEGRE	CASCADEL - PR	JAQUELINE ALVES COSTA	(45) 98824-3786 / 3303-4090
37.174.625/0002-60	MODENA PRODUTOS E SOLUCOES PARA SAUDE LTDA	RUA LEOPOLDO BULHÕES, 1650 PARTE 7 - MANGUINHOS	RIO DE JANEIRO - RJ	JOÃO CARLOS MARQUES RIBEIRO	(21) 2429-5208
07.484.373/0001-24	UNI HOSPITALAR LTDA	RUA ALAGOAS, 253 - IPSEP	RECIFE - PE	CHRISTIAN MENDES OLIVEIRA TAVARES	(81) 3472-7201

**Márcia Carvalho Guedes**  
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**  
Diretora Executiva /SUPEL

**Márcia Rocha de Oliveira Francelino**  
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Elaborado por:  
**CECÍLIA MESSIAS VIEIRA**

Protocolo 0060058372

**SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT**

**AVISO**  
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária, através do seu Diretor Executivo, no uso de suas atribuições legais, torna público a quem possa interessar, em observância ao art. 72, da Lei n.º 14.133/2021, informar que nos autos do Processo Administrativo SEI n.º 0064.000880/2025-36, foi realizado por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamentação no art. 74, inciso III, alíneas "f", combinado com o art. 82, §3º, do Decreto n.º: 28.874, de 25 de janeiro de 2024 para contratação de empresa especializada que realizará o CURSO DE GESTÃO PATRIMONIAL PÚBLICA EFETIVA: PROCEDIMENTO PARA O GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO, MATERIAL E ALMOXARIFADO. Para atender as necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT em favor da empresa **ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA**, inscrito no **CNPJ 35.963.479/0001-46**, no valor total de **R\$ 17.960,00 (dezessete mil novecentos e sessenta reais).**

**DAVI MACHADO DE ALENCAR**  
Diretor Executivo - Decreto de 04 de abril de 2023 (0037177120)  
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária  
Por delegação Portaria Ordenador de Despesas - Portaria nº 124 de 02 de maio de 2023 (0037849803)

Protocolo 0060422462